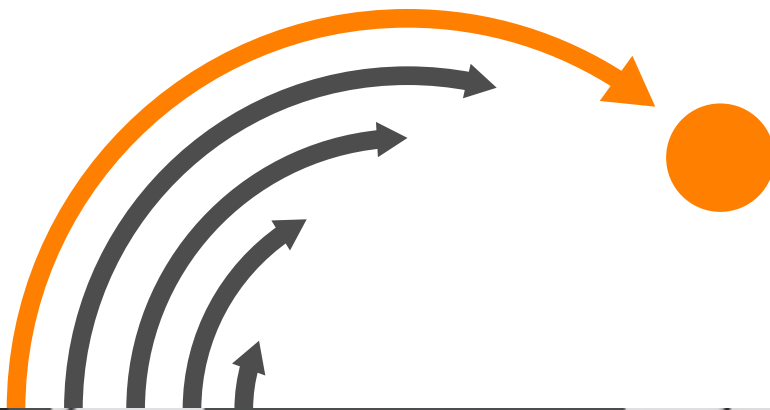


Whitepaper

INTRODUÇÃO AO **DIREITO DIGITAL:** TUDO QUE O ADVOGADO PRECISA SABER



the answer company™

THOMSON REUTERS®

ÍNDICE

Introdução	1
O que é Direito Digital?	2
Características do Direito Digital	2
Exemplos de aplicações	3
Direito Digital no Brasil	3
Ferramentas de Trabalho no Direito Digital	4
Ramos de atuação no Direito Digital	5
Oportunidades	6
Conclusão	6

INTRODUÇÃO

VOCÊ ESTÁ PREPARADO PARA A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO SETOR JURÍDICO?

Provavelmente você já ouviu, pelo menos uma vez, algum colega ou familiar questionar sobre como o setor jurídico pode atuar no mundo digital. Diante das interrogações, os caminhos são inúmeros e - muitos novos surgem a cada dia. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016 o Brasil tinha 116 milhões de pessoas conectadas à internet, isso equivale a 64,7% da população brasileira. Imagine os números hoje.

O Direito sempre atuou em contextos de alta complexidade organizando as relações e os fluxos. Contudo, diante do volume massivo de dados, informações, da rápida transformação dos conhecimentos, e de transformações contínuas em mercados, essa tarefa tem exigido cada vez mais. O fato é que o futuro do setor jurídico sem tecnologia e conectividade integradas já não é uma opção, ficar para trás hoje é uma escolha.

Conheça nas próximas páginas os principais insights sobre o Direito Digital e fique por dentro do que já é a realidade ao seu redor.



O QUE É O DIREITO DIGITAL

Em resumo, o Direito Digital é um conjunto de aplicações, normas e a regulação das relações jurídicas realizadas no meio digital. Esse ramo do Direito cria regras para que as interações na internet ocorram de forma harmônica. Um dos principais objetivos dele é coibir a prática de condutas lesivas que geram a responsabilização do autor pelos danos causados.

Por ser uma área recente, o Direito Digital conta com poucas normas que regulamentam a questão. Mas, isso muda diariamente com novas leis, decretos e regulamentos que tratam sobre o tema no legislativo.



CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DIGITAL

O Direito Digital não chega a ser um novo ramo do Direito, como o Direito Civil e Penal. Ele é uma releitura do Direito frente ao impacto da internet na sociedade.

No Brasil, não há um tribunal específico a julgar delitos e outras questões que ocorrem no ambiente virtual. O que acontece é que as instituições jurídicas se adaptam conforme novos dilemas legais surgem com o avanço da tecnologia. Alguns deles acabam sendo resolvidos com a elaboração de novas normas. Mas outros são levados a tribunais superiores, que julgam a questão usando uma estrutura legal já estabelecida.

Dessa forma, o Direito Digital acaba se caracterizando a partir de duas linhas:



Legislativo: criação de leis para regulamentar conduta online e estabelecer novos tipos penais, ocorridos no ambiente virtual



Interpretativo: aplicação das leis atuais a situações já conhecidas, considerando as particularidades de acontecerem no ambiente online.

EXEMPLOS DE APLICAÇÕES

As formas de aplicação do Direito Digital atualmente são baseadas no:

- Direito Natural
- Direito Codificado
- Direito Comparado
- Direito Positivista
- Direito Costumeiro
- Jurisprudência
- Analogia e Arbitragem

É claro que, com o avanço da tecnologia, o número de leis que serão direcionadas para o Direito Digital evoluirão.

DIREITO DIGITAL NO BRASIL

Hoje, a principal norma que regulamenta a questão no âmbito civil é o Marco Civil da Internet (Lei 12.965). Sancionado em 2014, foi o primeiro regulamento a tratar sobre o uso da web no Brasil. Além de trazer garantias aos internautas, o Marco Civil da Internet regulamentou a responsabilidade civil de usuários e provedores, promovendo uma nova realidade especialmente para os negócios digitais.

Outras normas criadas pelo Congresso Nacional:



Lei dos Crimes Informáticos: A Lei 12.737/2012 estabeleceu que condutas surgidas com a tecnologia sejam consideradas crimes, por exemplo, invadir o dispositivo de informática alheio e interromper fraudulentamente o serviço telefônico ou de internet.



Código de Processo Civil de 2015: em proporção menor, cria normas para o desenvolvimento do processo judicial eletrônico.



Lei de Acesso à Informação: A Lei 12.527/2011 regulamentou a disponibilização das prestações de contas dos entes públicos com o uso da tecnologia da informação.



Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): A Lei 13.709/2018 regulamentou o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, além de ter criado a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

FERRAMENTAS DE TRABALHO NO DIREITO DIGITAL

Redefinindo a forma como os profissionais trabalham, as mídias sociais e as ferramentas que circulam pela internet possibilitam um caminho abrangente para o Direito.



Software: por meio de sistemas inteligentes hoje você pode ter em mãos controle total sobre como o seu escritório atende os seus clientes.



Cloud: A armazenagem de dados e serviços na nuvem aumenta a estabilidade das soluções, a segurança dos dados e, com atualização contínua, a adequação às regulamentações de segurança de dados.



Gestão de fluxos: O e-mail foi uma das grandes transições do mundo corporativo causadas pela internet. Contudo, essa ferramenta ganhou volume e perdeu eficiência nos últimos anos. Ferramentas de gestão integrada permitem compartilhar fluxos, processos, arquivos e receber notificações e garantir mais eficiência e otimização dos esforços.



Inteligência Artificial: A IA é uma combinação de diversas tecnologias e pode apoiar a prática jurídica em muitos níveis. Por exemplo, a aprendizagem de máquinas (machine learning) pode ser aplicada à revisão, redação e atualização de contratos, aprendendo com as melhores práticas dos profissionais do seu escritório, enquanto eles ganham tempo para avançar ainda mais no Direito.



Conhecimento acessível: O conteúdo não precisa mais ficar restrito a acervos físicos e as pesquisas podem ser mais ágeis. Combinado com os itens anteriores, a busca por jurisprudência e por doutrina pode ser mais ágil, atualizada e confiável.

RAMOS DE ATUAÇÃO NO DIREITO DIGITAL

O campo de atuação no Direito Digital é vasto. Os principais são:

Contencioso

Desrespeito aos Direitos Autorais, criação de sites falsos com o objetivo de fraudar o consumidor, violação de privacidade e exposição de intimidades sem o consentimento, fake news. Para advogados que atuam dentro do ramo contencioso, além de uma boa base de processo civil é fundamental estar ligado aos posicionamentos da jurisprudência que englobam questões do meio digital.

Consultivo

A venda de produtos e serviços pela internet trazem dúvidas aos empreendedores que precisam realizar transações online sem ferir os Direitos do Consumidor e o Direito Civil. Para atuar no consultivo, o advogado deve conhecer a legislação e também o funcionamento de negócios digitais.

Criminal

Os crimes digitais impulsionaram o desenvolvimento do Direito Digital. Para quem deseja atuar na área, além de conhecer bem a legislação penal, é recomendável se especializar e dialogar bem com as questões técnicas da internet. O profissional deve entender quais são os meios e ferramentas que podem impedir que os criminosos saiam impunes. Além disso, ele deve alertar seu cliente sobre medidas e práticas de segurança que visam proteger arquivos e dados de conteúdo sigiloso ou importante.

Contratos

Por conta do desenvolvimento do e-commerce, a adaptação de contratos visa regular as relações entre empresas e clientes. Além de estrategista e profundo conhecedor da estrutura dos contratos, o profissional que atuar nesta área tem que ser criativo para prever situações de risco que podem trazer consequências negativas ao seu cliente.

Compliance

Boa parte das empresas brasileiras não possui uma cultura de prevenção de problemas. Com a chegada das multinacionais ao país, elas passaram a contratar mais o serviço jurídico. Como o Direito Digital é recente, muitas companhias têm dúvidas sobre quais práticas adotar, a fim de evitar problemas com clientes e órgãos fiscalizadores. É aí que entra em cena a figura do advogado, que conhece a legislação e auxilia a empresa na promoção de boas práticas.

OPORTUNIDADES

O papel do marketing digital é aproximar os profissionais de seus possíveis clientes, mas para isso você precisa ser acessível. Como fazer isso na prática? Otimize seus canais de comunicação e torne o seu contato fácil para os interessados. Lembre-se, cada canal tem uma forma de se comunicar e saber como é a linguagem certa faz toda diferença.

Marketing Digital se resume em planejamento e estratégia. Antes de investir em uma estratégia e colocar as ações planejadas em prática, o seu escritório precisa estar preparado. Além disso, é necessário que os sócios e os colaboradores estejam alinhados com o objetivo do escritório dentro da rede. O que ajuda a criar um caminho é determinar uma área de atuação e o perfil de cliente que você espera alcançar. Por meio dessas premissas você define onde pretende chegar e assim o marketing estará pautado pelos objetivos do seu negócio.

Tome cuidado com a sua estratégia, já que o setor jurídico presta um serviço público de alta relevância social e em caráter de pessoalidade. Essas características acabam impedindo você de assumir um lado comercial na rede. Dessa forma, o marketing jurídico tem como objetivo gerar valor para clientes em um ambiente onde a publicidade visa a captação de clientes, a mercantilização da profissão e a falta de moderação e discrição.

Antes de qualquer ação no marketing digital, lembre-se do Art. 39 do Código de Ética e Disciplina da OAB. “A publicidade profissional do advogado tem caráter meramente informativo e deve primar pela discrição e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da profissão”.

CONCLUSÃO

Agora que você conheceu diversos termos do Direito Digital e como ele funciona, busque parcerias para poder se firmar nesta área com profissionalismo e qualidade. Afinal, basta um passo equivocado para informações que não podem ser espalhadas serem disseminadas na rede. Especialize-se, esteja atento(a) ao mercado e lembre-se: no Direito Digital tudo pode mudar de um dia para o outro, por isso é importante estar sempre atualizado(a) sobre.

Sucesso no mundo digital!

Solicite um contato:

0800 702 2433

thomsonreuters.com.br

**Confira outros materiais em
nossa Biblioteca de
Conteúdos:**

bit.ly/bibliotr



the answer company™

THOMSON REUTERS®